PROJETO DE LEI Nº 1.417, DE 1999

Dispõe sobre a participação do usuário na administração de entidades de pesquisa científica e tecnológica da administração federal, direta e indireta, o Compromisso de Desempenho e dá outras providências.

Autor: Deputado Fernando Ferro
Relator: Deputado Luiz Moreira

I- RELATÓRIO

O Projeto em exame, de autoria do ilustre Deputado Fernando Ferro, tem por objetivo estabelecer e regular a participação do usuário na administração de órgãos e entidades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, prevendo inclusive a criação de Comitês de Gestão nas instituições e ainda a celebração de "compromissos de desempenho," a serem firmados no âmbito da administração Pública Federal entre o Poder Público, os usuários e a sociedade.

Sob o amparo do que estabelece o art.37, nos §§3º e 8º da Constituição Federal, o autor justifica a sua proposição alegando a necessidade de se estabelecer mecanismos e princípios de participação e controle social na formulação, avaliação e gestão das políticas de ciência e tecnologia, no âmbito das instituições públicas, levando em consideração as dificuldades para avaliação do desempenho das instituições que se dedicam à pesquisa básica e aplicada, decorrente do grau de incerteza dessa atividade.

Para tal fim, propõe a participação de representantes, eleitos pelos usuários, na proporção de um terço dos seus membros, nos Conselhos de Administração das entidades, quando houver, bem assim a criação de Comitês de Gestão, com a mesma proporção de representantes da sociedade civil, aos quais caberia fixar as metas e aprovar o "plano diretor" das entidades, de forma a ajustar as suas prioridades ao interesse social. Prevê, também, a adoção de "Compromissos de Desempenho" com os usuários e com a sociedade, forma específica de "contrato de gestão" que viria a valorizar o conceito de cidadão. Ao ressaltar a importância dessa medida para melhoria na prestação de serviços, reporta-se à experiência implementada desde 1991, no serviço público britânico, onde, segundo afirma, mais de 10000 compromissos de desempenho teriam sido firmados em todos os níveis de Governo, com resultados satisfatórios.

A proposição foi inicialmente distribuída para relatoria do Deputado Dr. Hélio, sendo posteriormente redistribuída a este Relator.

De acordo com a distribuição da Presidência, a matéria deverá ser examinada também pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II- VOTO DO RELATOR

Como pode-se observar, a proposição reveste-se de um caráter multidisciplinar, envolvendo vários ângulos de análise e áreas de atuação governamental, o que aparentemente a torna complexa. Louvo a iniciativa do autor não só pela importância e oportunidade do tema que traz ao nosso exame, mas também porque são nobres os seus propósitos, para o aperfeiçoamento do campo da ciência e tecnologia no Brasil.

O primeiro ponto que requer reflexão refere-se ao tratamento constitucional dado ao tema, no capítulo que trata da Administração Pública. O art. 37, que dispõe sobre os princípios que regem a administração pública, estabelece nos seus parágrafos 3º e 8º o seguinte:

"§3º. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I- as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II- o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art 5º, X e XXXIII; e

III- a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 8º. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: I) o prazo de duração do contrato; II) os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; e III) a remuneração do pessoal".

O projeto em questão, portanto, está em sintonia com os princípios constitucionais acima referidos, ao fixar diretrizes especificamente dirigidas aos órgãos, entidades e profissionais que se dedicam à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico da administração federal do País. Entendo que as medidas propostas são capazes de efetivamente incentivar e de recompensar a melhoria na qualidade da prestação de serviços por parte das instituições públicas e dos profissionais que se dedicam ao desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil. Os compromissos de desempenho, tanto individual como coletivo ou institucional, representam forma moderna, eficiente e transparente de avaliação da eficiência alcançada pelas instituições públicas e seus dirigentes. Ao estabelecer medidas que permitam uma administração participativa, o projeto valoriza o papel das instituições públicas, compatibilizando a formulação e a implementação de políticas públicas com as demandas da sociedade e dos usuários.

Cabe ressaltar que, num plano mais elevado, mas com objetivo semelhante no tocante à participação dos usuários na formulação das políticas de Ciência e Tecnologia, o Poder Executivo já criou, desde 1996, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), cujo Regimento Interno foi aprovado pelo Decreto nº 2.107, de 24 de dezembro de 1996, recentemente alterado pelo Decreto nº 3.681, de 5 de dezembro de 2000. Este último diploma legal modificou a estrutura do citado Conselho, que além de ser

presidido pelo próprio Presidente da República e integrado por sete ministros de Estado, conta com a participação de oito representantes, com respectivos suplentes, dos produtores e usuários de ciência e tecnologia, cuja composição é renovável anualmente.

Vê-se, assim, que a proposição em exame é convergente com as decisões já adotadas pelo Poder Executivo. O Ministério da Ciência e Tecnologia, todavia, ao se manifestar sobre o projeto, o considerou inconstitucional, por tratar de criação e estruturação de órgãos da administração pública, o que, de acordo com o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e" da Constituição Federal, é matéria legislativa da iniciativa privativa do Presidente da República.

No meu modo de ver, a interpretação da Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia é procedente, mas apenas em parte. Embora o exame desse aspecto esteja afeto à área de competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, entendo que a inconstitucionalidade não abrange o Projeto como um todo e sim tão somente os artigos 3º e 4º e parágrafo único do art.6º, este último erroneamente grafado como 5º.

Como o mérito da matéria está também associado ao texto desses artigos, e no desejo de não inviabilizar o conteúdo da proposição como um todo, permito-me propor a supressão desses dispositivos, na forma das emendas que apresento, de forma a deixar a cargo do Executivo, na regulamentação, o detalhamento necessário a sua efetiva implementação. Observe-se que a retirada desses dispositivos não invalida o mérito da proposição, que tem condições de prosperar, posto que o art.2º e os demais já asseguram e definem a desejável participação dos usuários na administração dos órgãos que se dedicam as pesquisas no País.

Assim, voto, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.417, de 1999, com as quatro emendas que apresento.

Sala da Comissão, em de de 2002.

**Deputado Luiz Moreira
Relator**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.417, DE 1999

**EMENDA DE RELATOR- nº 1
(SUPRESSIVA)**

SUPRIMA-SE O ART.3º DO PROJETO

Sala da Comissão, em de de 2002

**Deputado Luiz Moreira
Relator**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.417, DE 1999

**EMENDA DE RELATOR - Nº 2
(SUPRESSIVA)**

SUPRIMA-SE O ART. 4º DO PROJETO

Sala da Comissão, em de de 2002

**Deputado Luiz Moreira
Relator**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.417, DE 1999

**EMENDA DE RELATOR- Nº 3
(SUPRESSIVA)**

**SUPRIMA-SE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 5º,
RENUMERANDO-O COMO 6º E CONSEQUENTEMENTE
RENUMERANDO-SE TAMBÉM OS DEMAIS.**

Sala da Comissão, em de de 2002

**Deputado Luiz Moreira
Relator**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.417, DE 1999

**EMENDA DE RELATOR -Nº 4
(ADITIVA)**

ACRESCENTE-SE, AO FINAL, O SEGUINTE ARTIGO:

Art. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2002

Deputado Luiz Moreira

Relator